

CUIDADOS PALIATIVOS E DIGNIDADE HUMANA NA TERMINALIDADE DA VIDA: UMA REVISÃO CRÍTICA DA LITERATURA

PALLIATIVE CARE AND HUMAN DIGNITY IN END-OF-LIFE CARE: A CRITICAL
REVIEW OF THE LITERATURE.

Amanda D'Assumpção Oliveira Vilas Boas¹

Ana Luísa Ribeiro²

Alan de Menezes Pires Lopes³

Fabio de Menezes⁴

Lisandra Cássia Hortêncio Gomes⁵

Pamella Stefany da Silveira⁶

Viviane Noronha Fernandes⁷

Thaís Vilela de Camargos⁸

RESUMO

O presente estudo, desenvolvido no âmbito de um projeto de iniciação científica vinculado à Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM), tem como objetivo compreender como se desenvolve o processo de terminalidade da vida e qual o papel dos cuidados paliativos no fortalecimento da dignidade humana. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, realizada por meio de revisão de literatura, com base em buscas no Google Acadêmico e no Portal de Periódicos CAPES, utilizando descritores relacionados à temática. A partir da pergunta norteadora: como os autores compreendem os cuidados paliativos e qual a visão apresentada sobre a dignidade humana foram construídas categorias que evidenciam os cuidados paliativos como abordagem voltada à promoção da qualidade de vida, ao cuidado integral e à preservação da dignidade humana no contexto da finitude. Os resultados indicam que a dignidade se manifesta de forma concreta por meio da autonomia, do reconhecimento da subjetividade e da qualidade das relações estabelecidas no processo de morrer. Conclui-se que os cuidados paliativos se configuram como uma resposta ética à cultura contemporânea de negação da morte, contribuindo para a construção de práticas mais humanizadas no cuidado de fim de vida, com implicações relevantes para a Psicologia e para a Bioética.

PALAVRAS-CHAVE: dignidade humana; cuidados paliativos; terminalidade humana.

¹Mestranda em Psicologia (PUC Minas); Professora da Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM). E-mail: amanda.oliveira@fapam.edu.br

²Mestre em Psicologia; Professora da Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM). E-mail: analuisa.ribeiro@fapam.edu.br

³Graduando no curso de Psicologia pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM). E-mail: alandemenezes@outlook.com

⁴Graduando no curso de Psicologia pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM). E-mail: fabio_menezes@outlook.pt

⁵Graduanda no curso de Psicologia pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM). E-mail: lisandracassia.18@gmail.com

⁶Graduanda no curso de Psicologia pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM). E-mail: pam.silveira1503@gmail.com

⁷Graduanda no curso de Psicologia pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM). E-mail: vivianefernandes1610@gmail.com

⁸Graduanda no curso de Psicologia pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM). E-mail: vilelathais@hotmail.com

ABSTRACT

This article, developed within the scope of a scientific initiation project linked to the Catholic Faculty of Pará de Minas (FAPAM), aims to understand how the end-of-life process unfolds and what role palliative care plays in strengthening human dignity. It is a qualitative, exploratory, and descriptive research study, conducted through a literature review based on searches in Google Scholar and the CAPES Periodicals Portal, using descriptors related to the theme. Based on the guiding question: how do authors understand palliative care and what vision is presented regarding human dignity, categories were constructed that highlight palliative care as an approach focused on promoting quality of life, comprehensive care, and the preservation of human dignity in the context of finitude. The results indicate that dignity manifests itself concretely through autonomy, recognition of subjectivity, and the quality of relationships established in the dying process. It is concluded that palliative care is configured as an ethical response to the contemporary culture of denial of death, contributing to the construction of more humanized practices in end-of-life care, with relevant implications for Psychology and Bioethics.

KEYWORDS: Human dignity; palliative care; human terminality.

1 INTRODUÇÃO

A temática da terminalidade da vida permanece atravessada por silenciamentos e tabus que se manifestam nos âmbitos fisiológico, psicológico, social e ético, desafiando o modelo biomédico tradicional, historicamente centrado na cura e na intervenção tecnológica (KOVÁCS, 2003; ARIÈS, 2003). Ao privilegiar a manutenção da vida a qualquer custo, tal modelo tende a secundarizar dimensões subjetivas e existenciais do processo de morrer, contribuindo para a dificuldade coletiva em lidar com a finitude humana.

Nesse contexto, os cuidados paliativos emergem como abordagem fundamental para a promoção da dignidade, do alívio do sofrimento e da melhoria da qualidade de vida de pacientes em fase terminal e de seus familiares. Conforme definido pela World Health Organization (2020), essa prática visa prevenir e aliviar o sofrimento por meio da identificação precoce e do tratamento adequado da dor e de outros sintomas físicos, psicossociais e espirituais. Pessini e Bertachini (2014) reforçam que os cuidados paliativos se fundamentam em uma ética do cuidado que reconhece a centralidade da pessoa humana, mesmo quando a cura já não é possível.

Além disso, frente às dificuldades persistentes da sociedade e dos próprios profissionais de saúde em lidar com a morte e o morrer, a Psicologia assume papel essencial no acompanhamento da terminalidade, oferecendo escuta qualificada, suporte emocional e mediação dos processos subjetivos vivenciados pelo paciente e por sua família (KÜBLER-ROSS, 2008; KOVÁCS, 2003). Tal atuação contribui para a preservação da autonomia, do sentido e da dignidade do sujeito diante da finitude.

Dessa forma, justifica-se a realização de uma revisão de literatura que investigue como os cuidados paliativos têm sido compreendidos na produção científica e de que maneira se articulam à

noção de dignidade humana. Ao sistematizar e analisar criticamente os estudos existentes, esta pesquisa busca contribuir para o fortalecimento de práticas mais humanizadas e eticamente fundamentadas no cuidado de fim de vida, oferecendo subsídios teóricos relevantes para a Psicologia e para o campo da Bioética.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa está orientada pela seguinte questão norteadora: como os autores compreendem o papel dos cuidados paliativos e qual a visão apresentada sobre a dignidade humana no contexto da terminalidade da vida? Como objetivo geral, busca-se estudar como se desenvolve o processo de terminalidade humana e qual o papel dos cuidados paliativos na promoção da qualidade de vida, dignidade e bem-estar de pacientes em fase final de vida, a partir de uma revisão crítica da literatura. Como desdobramento, a pesquisa possui os seguintes objetivos específicos: (1) apresentar a ideia de Jacques Le Goff acerca da morte na Idade Média; (2) compreender a perspectiva teórica de Elisabeth Kübler-Ross sobre a terminalidade da vida e o sofrimento humano na fase final; (3) discutir as implicações da dignidade humana e bioética com foco em Lima Vaz; (4) discutir a terminalidade da vida e a dignidade humana na perspectiva dos cuidados paliativos.

Contudo, destaca-se que esta pesquisa se iniciou por meio de um projeto de iniciação científica integrado por discentes e docentes da Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM) e caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica com caráter exploratório e descritivo orientada sob a ótica metodológica de Maria Cecília de Souza Minayo (2010; 2013).

2 CONTRIBUIÇÕES DE JACQUES LE GOFF SOBRE A COMPREENSÃO DA IDEIA DA MORTE NA IDADE MÉDIA: O QUE AINDA PERMANECE?

A história da morte no Ocidente medieval ganhou contornos extraordinariamente originais a partir das pesquisas de Jacques Le Goff, particularmente em sua obra *"A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média (2004)"*. Neste livro, o historiador francês não se propõe a escrever um tratado sistemático sobre a morte, mas, ao investigar a figura social e religiosa do usuário, oferece uma contribuição fundamental para a compreensão de como os homens e mulheres dos séculos XII e XIII experimentavam, imaginavam e negociavam sua passagem para o além. Ao analisar os manuais de confessores e, sobretudo, os exemplos, essas pequenas narrativas moralizantes inseridas nos sermões, Le Goff revela que a morte na Idade Média não era um evento biológico simples, mas um complexo drama teológico, social e psicológico, cujo palco principal era o leito do moribundo e cujo desfecho dependia de uma intrincada negociação entre o pecador, a Igreja, a sociedade e a própria divindade.

Em primeiro lugar, é preciso compreender que a morte medieval, tal como Le Goff a apresenta, é inseparável da noção de julgamento. O século XIII representa um momento crucial de transformação escatológica, com a progressiva afirmação da doutrina do Purgatório como um terceiro lugar do além, situado entre o Paraíso e o Inferno. Pires, Costa e Lima (2013) afirmam que a ideia de Purgatório surgiu em um período em que a Igreja já não conseguia sustentar apenas a existência do Paraíso e do Inferno. Nesse contexto, o Purgatório aparece como uma alternativa ao sofrimento eterno, oferecendo aos fiéis a possibilidade de purificação antes de alcançar a salvação. Essa inovação teológica, longe de ser abstrata, teve consequências profundas na experiência da morte. Como explica o historiador:

"[...]a consequência do nascimento do Purgatório é a extrema dramatização da chegada da morte, do momento da agonia. É imediatamente depois, quando do julgamento individual que ocorre logo após a morte, que Deus pronuncia a grande decisão: Paraíso, Inferno ou Purgatório" (LE GOFF, 2004, p. 76).

O usuário, figura central da obra, torna-se o paradigma dessa nova angústia escatológica. Sua agonia é descrita como um campo de batalha visível entre anjos e demônios, um momento de suspense terrível onde o destino eterno está em jogo. Le Goff nos mostra, assim, que a morte deixava de ser uma mera passagem para o Juízo Final coletivo e se tornava um julgamento individualizado, personalizado, que conferia a cada instante da agonia uma densidade dramática sem precedentes.

Além disso, Le Goff demonstra como a morte medieval era profundamente marcada por uma dimensão corporal e material, particularmente evidente no tratamento dado ao cadáver do usuário. A condenação da usura não se limitava à alma do pecador: estendia-se de forma espetacular ao seu corpo após a morte. Os exemplos estão repletos de narrativas grotescas e terríveis que estabelecem uma continuidade entre o pecado, o dinheiro mal adquirido e o castigo físico.

Um exemplo dessa concepção pode ser observado em uma narrativa de Jacques de Vitry, na qual um usuário é enterrado com sua bolsa de dinheiro. Posteriormente, quando seus familiares abrem o túmulo durante a noite, 'viram os demônios introduzindo na boca do usuário essas moedas de prata metamorfoseadas em carvão ardente' (LE GOFF, 2004, p. 31). O cenário é: a bolsa, objeto de adoração em vida, transforma-se no instrumento de tortura eterna. Noutro exemplum, o corpo do usuário é recusado pela terra cristã: colocado sobre um asno, o animal o conduz "até o local onde os ladrões eram enforcados, e com um forte coice arremessou o cadáver no estrumo, debaixo dos cadafalsos" (LE GOFF, 2004, p. 62). O cadáver do usuário é, portanto, um cadáver excluído, que não merece repouso em solo sagrado, um corpo que carrega em si a marca visível da danação. Le Goff revela, assim, que a morte medieval não separava radicalmente alma e corpo; pelo contrário, o corpo morto continuava a testemunhar, de forma muitas vezes aterradora, o destino da alma.

Outro aspecto fundamental da contribuição de Le Goff é a centralidade da noção de restituição na preparação para a morte. O usuário, por definição, é aquele que vende o tempo, que pertence exclusivamente a Deus. Como escreve o historiador, os teólogos afirmavam que "[...] o usuário não vende ao devedor nada que lhe pertença, somente o tempo, que pertence a Deus. Ele, portanto, não pode tirar proveito da venda de um bem alheio" (LE GOFF, 2004, p. 37).

A restituição integral dos lucros usuários torna-se, assim, a condição indispensável para a salvação. Mas como restituir o tempo roubado no momento da morte? Esse paradoxo insolúvel é a fonte da angústia específica do usuário agonizante. Le Goff utiliza uma observação curiosa de São Luís, narrada por Joinville, para ilustrar a dificuldade psicológica desse ato: o rei dizia ser má coisa tomar o bem alheio: "[...] pois devolver era tão difícil que, mesmo pronunciar esta palavra, *devolver*, arranhava a garganta por causa dos *r* que ela contém, os quais significam os ancinhos do Diabo, que sempre puxa para trás aqueles que querem devolver o bem alheio" (LE GOFF, 2004, p. 43). A morte, portanto, confronta o usuário com a impossibilidade prática e moral de desfazer o mal cometido, e muitos *exempla*⁶ mostram moribundos que, mesmo desejando a salvação, são incapazes de pronunciar as palavras da restituição ou de se desprender do dinheiro.

No entanto, a grande originalidade da análise de Le Goff está em mostrar como o surgimento do Purgatório ofereceu ao usuário uma possibilidade inédita de conciliar a "bolsa e a vida". Se a restituição integral era materialmente impossível ou psicologicamente insuportável, a contrição sincera no momento da morte podia abrir as portas do Purgatório, evitando o Inferno. A história do usuário de Liège, narrada por Cesário de Heisterbach e longamente comentada por Le Goff, é exemplar: o usuário morre sem confessar nem restituir, mas sua mulher, argumentando que "homem e mulher são apenas um" (LE GOFF, 2004, p. 77), obtém do papa autorização para enterrá-lo em terra santa e enclausura-se junto ao túmulo por quatorze anos, rezando e fazendo penitência. Ao final desse período, o marido aparece-lhe primeiro vestido de negro, depois de branco, finalmente libertado do Purgatório. Le Goff comenta: "eis portanto um usuário fantasma. O Purgatório serve também para selecionar os fantasmas. Dele saem aqueles a quem Deus permite ou ordena um breve retorno à terra para ilustrar a existência do Purgatório, para pedir a seus próximos que apressem, através de sufrágios, a sua libertação" (LE GOFF, 2004, p. 78). O Purgatório, nessa perspectiva, não é apenas um lugar de punição temporária, mas um espaço de negociação e solidariedade entre vivos e mortos, onde as preces, as esmolas e os sufrágios dos que ficam podem abreviar o sofrimento dos que partiram.

⁶ Considerando as características e estruturas do gênero, o *exemplum* se divide em dois contextos principais, segundo aponta Le Goff (Apud Berlioz e Beaulieu, 2016). Primeiramente, o *exemplum* se consolida por meio da homilética, ou seja, pela arte da pregação, ancorada à retórica, para fins didáticos cristãos. Durante o século XIII, há um florescimento de coletâneas de *exempla*, principalmente àquelas que recorrem a discursos teológicos, morais ou pastorais, enquanto retomam a retórica aristotélica (*ethos, pathos, logos*). (Berlioz e Beaulieu, 2016, p. 50). (CARNEIRO, 2025, p. 50).

Por fim, Le Goff nos mostra que a morte do usuário é também um espetáculo público, um teatro de horror e edificação destinado a impressionar os vivos e a confirmar a doutrina da Igreja. Os pregadores utilizavam os *exempla* de mortes terríveis de usuários como instrumentos de persuasão moral, explorando todos os recursos da retórica e da emoção.

A história do usuário de Dijon, que em 1240 foi morto pela queda de uma estátua de pedra representando exatamente um usuário sendo levado ao Inferno, é particularmente reveladora: "o usuário de pedra excluiu da igreja e dos sacramentos o usuário vivo que os padres, em vez de excluí-lo, nela o queriam introduzir" (LE GOFF, 2004, p. 57). A escultura, imagem congelada da danação, torna-se instrumento material da justiça divina, e sua ação espetacular sobre o corpo do usuário vivo é lida como um sinal inequívoco da vontade de Deus. A morte, nesses relatos, deixa de ser um evento natural para se tornar uma intervenção direta do sobrenatural no mundo dos homens, uma confirmação visível das verdades da fé.

À guisa de concluirmos esta seção, a contribuição de Jacques Le Goff para a compreensão da morte na Idade Média, tal como emerge de *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média* (2004), é múltipla e profunda. O historiador nos mostra que a morte medieval não pode ser reduzida a uma simples passagem biológica ou a um evento puramente religioso desencarnado. Segundo Silva (2025, p. 22) a morte era um evento um tanto quanto esperado, mas não um fenômeno puramente natural, "[...] é cultural, social, religiosa, psicológica e, sobretudo, temida". Ela é, antes de tudo, um drama teológico e social, um momento de julgamento individual que mobiliza angústias profundas e esperanças complexas, um campo de batalha entre anjos e demônios, um espetáculo edificante destinado a impressionar os vivos, um espaço de negociação entre o pecador, sua família, a Igreja e a divindade.

Ao tomar o usuário como figura paradigmática, Le Goff ilumina as tensões fundamentais de uma sociedade em transformação, dividida entre uma moral tradicional que condenava o lucro e uma realidade econômica emergente que exigia a circulação do dinheiro. A morte do usuário é, nesse sentido, a expressão máxima dessa contradição, e o Purgatório, ao oferecer uma saída para esse pecador necessário, revela-se como uma das mais engenhosas e humanas invenções da cristandade medieval. A história cultural da morte, que Le Goff ajudou a fundar, encontra nessa obra uma de suas contribuições mais originais e duradouras, ideias que ainda permanecem no imaginário popular acerca da compreensão da morte.

2.1 PROCESSO DA MORTE E DO MORRER A PARTIR DE KUBLER- ROSS

A morte, ao longo da história, foi tratada como um evento temido, silenciado e

frequentemente negado pela sociedade ocidental. Em *Sobre a morte e o morrer* (2020), Elisabeth Kübler-Ross propõe uma mudança significativa ao afirmar que o morrer deve ser compreendido como parte da vida, e não como fracasso médico ou tabu social.

Segundo a autora, o sofrimento do paciente terminal não decorre apenas da doença, mas também da solidão, do silêncio e da negação que o cercam. O hospital moderno, ao priorizar procedimentos técnicos, tende a despersonalizar o indivíduo, reduzindo-o a objeto de intervenção. Kübler-Ross argumenta que o ser humano apresenta dificuldade psíquica em conceber a própria morte. Embora racionalmente saibamos que somos finitos, inconscientemente operamos como se a morte atingisse apenas o outro. O inconsciente não representa claramente o “não existir”, fazendo com que a morte seja simbolizada como algo externo, violento ou imposto por forças alheias (KÜBLER-ROSS, 2020).

Essa dinâmica também se relaciona à ausência de distinção, no inconsciente, entre desejo e realidade. Especialmente na infância, fantasias destrutivas podem gerar sentimentos intensos de culpa quando associadas a perdas reais. A criança, por exemplo, pode sentir-se responsável pela morte de alguém após desejar sua ausência em um momento de raiva, fenômeno ligado à onipotência infantil.

A autora observa ainda que a criança frequentemente não distingue claramente morte e separação, compreendendo a ausência como algo temporário. O silêncio familiar sobre o tema pode intensificar sentimentos de abandono e culpa, tornando a elaboração da perda mais difícil (KÜBLER-ROSS, 2020).

Kübler-Ross critica a medicalização do morrer e a substituição do cuidado humano por intervenções exclusivamente técnicas. Embora reconheça a importância dos recursos médicos, defende que o paciente deve receber apoio emocional, presença afetiva e dignidade, preferencialmente em um ambiente que preserve vínculos significativos.

Na sociedade contemporânea, a morte tornou-se solitária e desumanizada. O paciente é afastado do convívio familiar e inserido em um contexto hospitalar impessoal, no qual a eficiência técnica frequentemente se sobrepõe às necessidades subjetivas. Essa mecanização pode funcionar como defesa dos próprios profissionais diante da angústia da finitude. A autora também critica a formação médica excessivamente centrada na técnica e pouco voltada à dimensão relacional do cuidado. Para ela, o progresso científico não deve excluir a escuta, a empatia e o vínculo humano (KÜBLER-ROSS, 2020).

Outro ponto central é a comunicação do diagnóstico. Kübler-Ross defende uma postura honesta e sensível, evitando tanto a brutalidade quanto o silêncio. A verdade deve ser compartilhada de forma gradual, respeitando o tempo psicológico do paciente e preservando a esperança possível.

A família também pode atravessar processos semelhantes, o que evidencia a importância de um cuidado que considere todo o sistema familiar (KÜBLER-ROSS, 2020).

A doença grave provoca mudanças profundas no cotidiano doméstico, incluindo inversão de papéis e sobrecarga emocional. Momentos de descanso e apoio externo são essenciais para evitar esgotamento dos cuidadores. O chamado luto antecipatório permite uma preparação gradual para a perda, reduzindo o impacto da morte. Apesar do sofrimento envolvido, Kübler-Ross identifica no processo de morrer a possibilidade de transformação subjetiva. A proximidade da morte pode favorecer reconciliações, redefinição de prioridades e maior autenticidade nas relações.

Assim, sua principal contribuição não está apenas na descrição dos estágios do morrer, mas na humanização do cuidado. Ao dar voz aos pacientes, a autora demonstra que, mesmo diante da finitude, o indivíduo continua necessitando de escuta, respeito e dignidade. Falar sobre a morte, portanto, torna-se também uma forma de compreender melhor a própria vida.

O processo de enfrentamento da morte, a partir dos cinco estágios, retrata reações emocionais frequentemente vivenciadas por pacientes em situação de terminalidade: negação, raiva, barganha, depressão e aceitação. Esses estágios não devem ser compreendidos como fases rígidas ou sequenciais, mas como formas possíveis de resposta à experiência da finitude, podendo variar conforme a história de vida e os recursos emocionais de cada indivíduo (KÜBLER-ROSS, 2020).

A negação surge, inicialmente, como um mecanismo de defesa que protege o sujeito do impacto imediato do diagnóstico. Nesse momento, o paciente pode recusar-se a acreditar na gravidade da situação, utilizando essa estratégia psíquica como forma de ganhar tempo para assimilar a realidade. A partir desse estágio, pode emergir a raiva, caracterizada por sentimentos de revolta, injustiça e questionamentos. O sujeito pode direcionar essa raiva a profissionais de saúde, familiares ou até mesmo a si próprio, expressando a dificuldade de aceitar a proximidade da morte (KÜBLER-ROSS, 2020).

A barganha, caracterizada como o terceiro estágio, aparece como uma tentativa de negociação diante da finitude. O paciente pode formular promessas ou acordos, muitas vezes de caráter simbólico, na tentativa de adiar o desfecho ou modificar sua condição. Esse estágio revela o esforço do indivíduo em manter algum controle sobre a situação, mesmo diante da inevitabilidade da morte (KÜBLER-ROSS, 2020).

Em seguida, a depressão se manifesta como resposta às perdas que se anunciam, envolvendo tristeza profunda, sofrimento emocional e retraimento. Nesse momento, o paciente passa a reconhecer de forma mais concreta a realidade de sua condição, o que pode gerar um processo de luto antecipatório. Diferentemente dos estágios anteriores, a depressão não deve ser interpretada como algo a ser evitado, mas como uma etapa importante de elaboração (KÜBLER-ROSS, 2020).

Por fim, a aceitação representa uma forma de integração da realidade da morte. Não se trata da ausência de dor ou sofrimento, mas de uma maior serenidade diante da finitude. O paciente tende a apresentar menor resistência, podendo vivenciar esse momento com mais tranquilidade e, em alguns casos, com maior abertura para despedidas e reconciliações.

Kübler-Ross ressalta que esses estágios não ocorrem de maneira linear e podem coexistir ou se repetir ao longo do processo. Além disso, não são exclusivos do paciente, podendo também ser vivenciados por familiares e pessoas próximas, o que evidencia que o morrer é um processo que envolve dimensões individuais e relacionais (KÜBLER-ROSS, 2020).

2.2 IMPLICAÇÕES SOBRE A DIGNIDADE HUMANA E BIOÉTICA: A PARTIR DE LIMA VAZ, DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH/1948) E A DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE BIOÉTICA E DIREITOS HUMANOS (DUBDH/2005)

2.2.1 A dignidade humana como fundamento: da filosofia ao direito

A dignidade humana, conforme estabelecida pela DUDH/1948, é apresentada como “[...] expressão da realização da solidariedade social como elo que deve cimentar as relações entre as pessoas”, constituindo “[...] fundamento de todos os direitos, tais quais os da liberdade, da igualdade, da justiça e da paz no mundo” (MESSETTI; DALLARI, 2018, p. 283). Este princípio não é meramente ensaístico; no Brasil, foi elevado a “pilar fundamental do Estado democrático de direito” pelo artigo 1º, III da Constituição Federal de 1988, tornando-se “[...] regra jurídica com força normativa, superior às regras meramente éticas” (MESSETTI; DALLARI, 2018, p. 283).

No entanto, para Vaz a dignidade não se reduz a um aparato jurídico ou político. Ela possui raízes metafísicas e antropológicas. Em sua antropologia filosófica, ele denuncia a crise da modernidade decorrente justamente da perda da capacidade de compreender o a categoria de transcendência do ser humano. O filósofo provoca, com seu método hegeliano de fazer filosofia, que a modernidade, ao promover a “[...] substituição da noção analógica pelo conceito unívoco de ser (e ao inverter) [...] a relação entre a representação do objeto e o ser, acabou por fragmentar a unidade ontológica da pessoa (MARTINS; GARCIA, 2020, p. 13-14, grifo nosso). Essa ruptura levou ao que ele chama de “niilismo ético”, uma “negação do ser que bem podemos denominar o niilismo ético da cultura, a ‘tragédia do ético’, que seria propriamente a perda do humano no agir e na obra do homem” (SANTOS, 2019, p. 70-71). Sendo assim, a dignidade humana, antes de ser um dispositivo legal, é a resposta filosófica a essa perda de sentido.

A contribuição de Lima Vaz para a bioética torna-se clara quando se compreende sua fenomenologia da modernidade. Para ele, a ascensão da razão técnico-científica, desvinculada da razão filosófica e metafísica, produziu uma “[...] inversão completa da direção do vetor metafísico do conhecimento, orientando-o para a imanência do próprio sujeito” (MARTINS; GARCIA, 2020, p. 14). O resultado é uma cultura que supervaloriza o “ter” em detrimento do “ser”, gerando um vazio existencial.

Essa crítica se conecta diretamente com as preocupações da bioética. A DUBDH/2005, em seu artigo 3º, já prescreve que “os interesses e o bem-estar do indivíduo devem prevalecer sobre o interesse exclusivo da ciência ou da sociedade” (MESSETTI; DALLARI, 2018, p. 284). Lima Vaz oferece a fundamentação para essa premissa ao demonstrar que a razão científica, embora capaz de “representar, explicar, transformar, modificar, organizar, projetar”, não pode “criar” sentido nem responder pela “existência, no seu simples ato de existir” (SANTOS, 2019, p. 77-78).

Portanto, segundo a antropologia vaziana, a bioética que não se abre à dimensão filosófica, enquanto expressão própria do ser humano da categoria de transcendência, corre o risco de se tornar mera técnica de regulação, repetindo o erro da modernidade. A antropologia filosófica de Vaz nos convoca a pensar o ser humano enquanto pessoa em sua dimensão subjetiva, enquanto corpo e psique, e dimensão relacional, enquanto espírito, capacidade de abertura e transcendência.

2.2.2 A BIOÉTICA DIALÓGICA E A DIGNIDADE COMO VALOR ABSOLUTO

É nesse contexto de crise que emerge a proposta de uma “Bioética Dialógica” em Lima Vaz, fundamentada na ideia de que a dignidade da vida é o ponto de partida e a finalidade última de toda reflexão ética sobre o *bios*. Em seu artigo ‘O ser humano no Universo e a dignidade da vida’ (1993), Lima Vaz estabelece que a bioética deve articular três dimensões interdependentes: a Fisioética (ética da relação com a natureza), a Bioética (ética da relação com a vida) e a Antropoética (ética da relação do ser humano consigo mesmo) (SANTOS, 2019, p. 119). Essa perspectiva nos leva a refletir sobre o sentido da vida diante da iminência da terminalidade, bem como sobre a importância dos cuidados paliativos. Além disso, convida a evitar o reducionismo antropológico, abrindo espaço para compreender as múltiplas dimensões da existência: a relação com o outro, o reconhecimento da vida como valor em si e os fundamentos do agir ético

Segundo a bioética de Vaz, a dignidade não constitui um fato, mas um valor ético. Ela emerge da “consideração da vida como um bem ou um valor”, que deve ser “orientada segundo as razões de viver” (SANTOS, 2019, p. 117). Diferentemente de uma visão puramente autônoma, que se refere a interpretações que não consideram as experiências de interpessoais, Lima Vaz recorre a

tradição filosófica da pessoa humana. A bioética dialógica vaziana defende que a dignidade se sustenta em quatro pilares indissociáveis: a raridade da vida biológica no universo, a evolução da vida inteligente, a garantia sócio-política de direitos dos cidadãos, fundamentalmente, a condição ético-jurídica do “homem como ser moral que pode reivindicar para si um valor absoluto” (SANTOS, 2019, p. 122).

Por isso, essa perspectiva evita o reducionismo antropológico, que segundo Pessini, citado por Santos (2019), radicaliza a bioética dialógica de Vaz ao fundamentar a importância da dimensão relacional do ser humano. A dignidade humana é garantia de valor absoluto, justamente, porque a pessoa humana não se reduz ao biológico, em sua natureza, assume sua dimensão relacional e comunicativa como valor que absolutiza a dignidade humana.

2.5 CONVERGÊNCIAS COM O ARCABOUÇO DOS DIREITOS HUMANOS

As implicações da antropologia filosófica para os direitos humanos são profundas. A DUDH/1948 já havia inaugurado uma concepção de dignidade inerente a todos os membros da família humana. No entanto, a bioética de Lima Vaz nos oferece não apenas uma categoria antropológica, mas faz-nos exigências éticas, porque a postulação da dignidade humana é valor absoluto em si mesmo:

dignidade não é apenas uma categoria antropológica, também expressa exigências éticas. Não se refere somente a uma natureza abstrata enquanto qualidade inerente ao ser humano, um *a priori* comum a todos, mas diz respeito a seres humanos históricos e concretos. (PESSINI, 2001, p. 187 *apud* Santos, 2019, p.122)

Como observam Messetti e Dallari (2018, p. 285), “a dignidade humana, erigida no Brasil a fundamento do Estado, deve ser tida por prevalente e com força normativa, efetiva, e de concreta realização”. A abordagem dialógica de Lima Vaz reforça essa prevalência ao mostrar que a dignidade não é uma concessão do Estado ou da ciência, mas uma categoria ontológica da pessoa, que se expressa na intersubjetividade e na transcendência. O ser humano, como pessoa, é “síntese admirável dos níveis de ser, em si mesmos irredutíveis, que nele se unem, sem se confundir” (MARTINS; GARCIA, 2020, p. 11).

Portanto, qualquer prática, seja ela, científica ou inovação biotecnológica que fragmente essa unidade, tratando o corpo como mero objeto, a psique como algoritmo ou o espírito como ilusão, fere o valor da dignidade. A bioética dialógica, ao recolocar a vida como um bem e a dignidade como um valor absoluto, apresenta-se como um caminho filosófico necessário para garantir que as práticas científicas e as decisões pautadas no direito jamais se sobreponham à suprema dignidade da pessoa humana.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, com caráter exploratório e descritivo, fundamentada na perspectiva metodológica de Maria Cecília de Souza Minayo (2010; 2013), que compreende a pesquisa qualitativa como um processo de interpretação de significados construídos socialmente. Embora tradicionalmente associada a estudos de campo, a abordagem qualitativa também se aplica às pesquisas bibliográficas quando o objetivo é analisar criticamente ideias, conceitos e produções científicas sobre determinado fenômeno.

Para a coleta do material, foram realizadas buscas no Google Acadêmico e no Portal de Periódicos CAPES, utilizando os seguintes descritores: “cuidados paliativos” (4.002 resultados), “tanatologia” (90 resultados), “terminalidade humana” (46 resultados), “morte” (20.473 resultados) e “psicologia hospitalar” (660 resultados). Foram selecionados artigos publicados entre 2014 e 2026, em qualquer idioma, organizados por ordem de relevância.

A partir da leitura dos materiais, o material foi analisado conforme orienta Minayo (2013), resultando na seleção de seis artigos para fundamentar o estudo. Dentre esses, dois foram considerados centrais para responder à pergunta norteadora desta pesquisa: como os autores compreendem o papel dos cuidados paliativos e qual a visão apresentada sobre a dignidade humana no contexto da terminalidade da vida.

Além dos artigos selecionados, a fundamentação teórica do estudo apoia-se em obras que estruturam o referencial adotado, como Jacques Le Goff, na análise histórica das atitudes diante da morte; Elisabeth Kübler-Ross, ao discutir o processo de morte e morrer; Maria Júlia Kovács, nas reflexões sobre educação para a morte; e o documento oficial da World Health Organization (2020), que define cuidados paliativos como abordagem voltada à promoção da qualidade de vida de pacientes e familiares diante de doenças que ameaçam a vida.

A análise do material foi conduzida de forma interpretativa, com base nos princípios da análise de conteúdo, em diálogo com Minayo (2013), buscando identificar categorias relacionadas à terminalidade da vida, aos fundamentos dos cuidados paliativos e à concepção de dignidade humana presente nas produções selecionadas.

4 ANÁLISE DE DADOS

4.1 CUIDADOS PALIATIVOS E DIGNIDADE HUMANA

A análise dos artigos selecionados foi conduzida a partir da pergunta norteadora desta

pesquisa: como os autores compreendem o papel dos cuidados paliativos e qual a visão apresentada sobre a dignidade humana no contexto da terminalidade da vida?

Com base nessa questão orientadora, procedeu-se à leitura interpretativa do material, buscando identificar sentidos recorrentes, conceitos centrais e fundamentos teóricos presentes nas produções analisadas. A partir desse movimento, foram construídas categorias temáticas que organizaram a análise dos dados, conforme os princípios da análise de conteúdo.

Da articulação entre os textos selecionados, emergiram três categorias principais: (1) cuidados paliativos como promoção da qualidade de vida diante da finitude; (2) o cuidado integral e multiprofissional como resposta à cultura de negação da morte; e (3) a dignidade humana como fundamento ético do cuidado no processo de morrer.

A primeira categoria foi construída a partir da recorrência, nos textos analisados, da compreensão dos cuidados paliativos como estratégia voltada à promoção da qualidade de vida. Gomes e Machado (2014) destacam que os cuidados paliativos buscam oferecer melhor qualidade de vida a pacientes com doenças graves ou sem possibilidade de cura, bem como a seus familiares, por meio do controle de sintomas físicos, emocionais, sociais e espirituais. Nesse sentido, observa-se que os autores compreendem os cuidados paliativos como redirecionamento do foco terapêutico: da cura para o cuidado.

A segunda categoria emergiu da ênfase dada pelos autores à necessidade de uma atuação multiprofissional e integral. Gomes e Machado (2014) apontam a relevância do psicólogo no acolhimento das angústias, na mediação da comunicação e no respeito ao tempo singular de cada paciente. Ao dialogarem com Galriça Neto (2010), os autores indicam que a cultura contemporânea, marcada pela busca incessante da cura, contribuiu para a negação da morte, que passou a ser percebida como fracasso profissional. Nesse contexto, Zonta et al. (2022) compreendem os cuidados paliativos como prática que rompe com o modelo exclusivamente curativo, priorizando o alívio do sofrimento e o cuidado ao paciente e à família.

A terceira categoria foi construída a partir das reflexões que relacionam diretamente cuidados paliativos e dignidade humana. Gomes e Machado (2014) afirmam que cuidar é oferecer tempo, atenção e presença, priorizando o cuidado sobre a cura. A dignidade, nesse contexto, aparece associada ao reconhecimento da autonomia do paciente, ao respeito à sua singularidade e ao direito de participar das decisões sobre seu próprio corpo. Mesmo diante da morte iminente, o paciente permanece sujeito de direitos e merecedor de cuidado.

Zonta et al. (2022) reforçam essa compreensão ao destacar que o processo de luto tem início ainda no diagnóstico da doença, exigindo dos profissionais sensibilidade para compreender aspectos biológicos e psicológicos envolvidos na experiência da terminalidade. A dignidade, portanto, não é

tratada como conceito abstrato, mas como prática concreta de acolhimento, escuta e respeito à experiência singular do paciente.

Por fim, essa análise evidenciou que os autores compreendem os cuidados paliativos como abordagem centrada na integralidade do cuidado e na preservação da dignidade humana. A pergunta norteadora orientou todo o percurso analítico, permitindo identificar convergências teóricas e destacar que a dignidade, no contexto da terminalidade, está intrinsecamente ligada ao reconhecimento da autonomia, à valorização da vida até seus momentos finais e ao cuidado ético e humanizado.

5 DISCUSSÃO: TERMINALIDADE DA VIDA, CUIDADO E DIGNIDADE HUMANA: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DOS CUIDADOS PALIATIVOS

A partir do exposto, é possível evidenciar que o processo de terminalidade não deve ser compreendido apenas a partir da dimensão biológica, sendo necessária uma abordagem que considere os atravessamentos históricos, culturais, subjetivos e éticos que constituem a experiência do morrer. Nesse sentido, a articulação entre os dados analisados e o referencial teórico permite compreender os cuidados paliativos não apenas como uma prática assistencial, mas como um cuidado ético frente às transformações contemporâneas na forma de lidar com a morte.

As contribuições de Jacques Le Goff oferecem um importante ponto de partida para essa compreensão ao demonstrar que a morte, ao longo da história, foi vivenciada de maneira distinta da forma como é experienciada na contemporaneidade, sendo profundamente influenciada pelos valores culturais de cada época. Conforme o autor, a morte medieval se configurava como um evento público, compartilhado e simbolicamente integrado à vida social, enquanto a modernidade promoveu um processo de progressivo silenciamento e deslocamento da morte do cotidiano. Essa transformação histórica contribuiu para a construção de uma cultura que tende a negar a finitude, deslocando o morrer para o espaço hospitalar e atribuindo à medicina a responsabilidade de controlar aquilo que, em última instância, escapa ao controle humano.

Essa compreensão é evidenciada nos dados analisados, nos quais a morte aparece frequentemente associada ao fracasso terapêutico, reforçando a centralidade do modelo biomédico e sua ênfase na cura. Isso tende a invisibilizar outras dimensões do cuidado, reduzindo o sujeito à condição de corpo doente. Contudo, os cuidados paliativos emergem como uma proposta que tensiona essa lógica ao deslocar o foco da cura para o cuidado, reconhecendo a terminalidade como parte constitutiva da existência humana. Assim, mais do que uma prática clínica, os cuidados paliativos configuram-se como uma forma de resignificação da morte na contemporaneidade.

Além disso, as contribuições de Elisabeth Kübler-Ross também são fundamentais para compreender que o processo de morrer envolve uma complexa dinâmica psíquica, marcada por diferentes formas de enfrentamento da finitude. Ao descrever as atitudes de pacientes diante da morte, a autora evidencia que o sofrimento não se limita à dor física, mas envolve aspectos emocionais e existenciais que demandam acolhimento. Essa compreensão é reforçada pelos dados analisados, destacando a importância da escuta qualificada, da comunicação e do suporte existencial no cuidado ao paciente terminal.

É importante destacar a atuação do psicólogo, que assume papel central ao possibilitar a mediação dos processos subjetivos implicados na terminalidade. A escuta clínica, o manejo das angústias e o acompanhamento do luto antecipatório constituem elementos fundamentais para a construção de um cuidado que reconheça o sujeito em sua singularidade. Com isso, a Psicologia contribui para deslocar o cuidado de uma lógica centrada exclusivamente no corpo para uma abordagem que contempla o sofrimento de maneira mais profunda.

Do ponto de vista ético, a discussão se aprofunda a partir das contribuições de Lima Vaz, ao problematizar a compreensão da pessoa humana para além de sua dimensão biológica. A dignidade humana, nessa perspectiva, não pode ser reduzida à manutenção da vida orgânica, mas deve ser compreendida como expressão da autonomia, da liberdade e da capacidade de atribuir sentido à própria existência. Os achados corroboram essa concepção ao evidenciar que a dignidade, no contexto da terminalidade, está diretamente relacionada à possibilidade de o paciente ser reconhecido como sujeito, com direito à informação, à escolha e à participação nas decisões sobre seu próprio processo de morrer.

Nesse sentido, os cuidados paliativos, conforme definidos pela World Health Organization (2020) e discutidos por Pessini e Bertachini (2014), apresentam-se como uma abordagem que busca preservar a dignidade humana ao integrar dimensões físicas, psicológicas, sociais e espirituais no cuidado. Ao colocarem no centro o alívio do sofrimento e o respeito à autonomia, os cuidados paliativos se afastam de intervenções que prolongam o morrer sem levar em conta a qualidade dessa experiência para quem a vive. A dignidade humana se constitui de forma relacional, sendo construída no encontro entre paciente, família e equipe de saúde. A qualidade dessas relações aparece como elemento central na experiência da terminalidade. Dessa forma, a dignidade não se configura como um atributo abstrato, mas como uma prática que se concretiza no modo como o cuidado é oferecido.

Concluindo, os resultados desta pesquisa de iniciação científica apontam que a promoção da dignidade humana no contexto da terminalidade depende não apenas de intervenções técnicas, mas de uma mudança de paradigma no cuidado em saúde. Ela envolve o reconhecimento da morte como

parte da vida, a valorização da subjetividade e a construção de práticas que respeitem a singularidade de cada sujeito.

Por fim, este estudo evidenciou que os cuidados paliativos se constituem como uma prática essencial no enfrentamento dos desafios contemporâneos relacionados à terminalidade da vida, contribuindo para a construção de um cuidado mais ético, humanizado e centrado na dignidade humana.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como se desenvolve o processo de terminalidade da vida e qual o papel dos cuidados paliativos no fortalecimento da dignidade humana, a partir de uma revisão crítica da literatura. A pergunta norteadora da pesquisa foi: como os autores compreendem os cuidados paliativos e de que maneira articulam essa prática à noção de dignidade humana? A análise possibilitou uma compreensão teórica ampliada acerca da terminalidade humana no contexto contemporâneo.

Os resultados evidenciam que os cuidados paliativos são compreendidos como uma abordagem que promove a qualidade de vida diante da impossibilidade de cura, deslocando o foco do tratamento da lógica estritamente biomédica para uma perspectiva centrada no cuidado integral. Assim, a presente pesquisa mostrou que o cuidado no fim da vida exige a superação de modelos estruturados exclusivamente na intervenção técnica, articulando-se com abordagens que reconheçam a integralidade do ser humano em suas dimensões biopsicossociais e espirituais.

Além disso, é importante destacar o trabalho multiprofissional, especialmente a atuação do psicólogo, na mediação dos processos subjetivos envolvidos no adoecimento e no morrer. Uma escuta qualificada, o acolhimento das angústias e o suporte à família configuram-se como elementos centrais para a construção de um cuidado mais humanizado, capaz de respeitar o tempo e a singularidade de cada sujeito.

No que se refere à dignidade humana, os achados apontam que ela se constitui de forma relacional e concreta no contexto da terminalidade, estando intimamente interligada à preservação da autonomia, ao reconhecimento da subjetividade e à qualidade das relações estabelecidas no processo de morrer. A dignidade, portanto, não se limita a um princípio abstrato, mas se materializa nas práticas de cuidado que garantem ao sujeito a possibilidade de participar das decisões sobre sua própria vida, mesmo diante da finitude.

Nesse contexto, compreende-se também que a simbologia da morte é historicamente e socialmente construída, sendo atravessada por representações que frequentemente a associam à angústia e ao medo, influenciando o imaginário coletivo sobre o morrer. Ao articular essas

dimensões foi possível compreender que os cuidados paliativos se configuram como uma resposta ética à cultura contemporânea de negação da morte, contribuindo para a ressignificação do morrer como experiência humana que, embora seja existencialmente marcada pelo sofrimento, pode ser atravessada por sentidos e cuidado.

Na tentativa de articular essas dimensões foi possível compreender que os cuidados paliativos se configuram como uma resposta ética à cultura contemporânea de negação da morte, contribuindo para a ressignificação do morrer como experiência humana que, embora seja existencialmente marcada pelo sofrimento, pode ser atravessada por sentidos e cuidado.

Contudo, o estudo apresentou algumas limitações, como o próprio recorte metodológico baseado em revisão de literatura, o que restringe a análise às produções científicas selecionadas, não contemplando experiências empíricas diretas de pacientes ou profissionais. Nesse sentido, sugere-se que pesquisas futuras possam aprofundar a temática a partir de estudos de campo, ampliando a compreensão das vivências concretas no contexto dos cuidados paliativos.

Por fim, este trabalho contribui para o fortalecimento de uma perspectiva de cuidado que reconhece a centralidade da dignidade humana no processo de morrer, oferecendo subsídios teóricos relevantes para a Psicologia e para o campo da Bioética, especialmente no enfrentamento dos desafios contemporâneos relacionados à terminalidade da vida.

Este estudo foi desenvolvido no âmbito de um projeto de iniciação científica vinculado à Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM), envolvendo a participação conjunta de docentes e discentes em um processo investigativo coletivo. Nesse sentido, para além dos resultados teóricos alcançados, destaca-se a relevância formativa da pesquisa, ao possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico, da leitura científica e da articulação entre teoria e prática por parte dos estudantes envolvidos. A iniciação científica, nesse contexto, configura-se como um espaço fundamental para a produção de conhecimento e para a formação acadêmica comprometida com práticas éticas e humanizadas no cuidado em saúde, especialmente no que se refere às temáticas da terminalidade da vida e dos cuidados paliativos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Ediouro Publicações, 2003.

BARROS, O. J. H. Coragem: um tópico importante, mas complexo. **Psicologia, Educação e Cultura, Pedroso**, v. 8, n. 2, p. 259-266, dez. 2009.

CAMALIONTE, L. G.; BOCCALANDRO, M. P. R. Felicidade e bem-estar na visão da psicologia positiva. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 37, n. 93, p. 206-227, jul. 2017.

CARNEIRO, Gabriel Portella. **Educação e religiosidade em exempla da Idade Média**. 2025. 451 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025. Disponível em: content. Acesso em: 06 de mai. 2026.

ZONTA, B. M. et al. Tanatologia: uma revisão bibliográfica. **Revista Foco**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. e379, 2022. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v15n2-025>. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/379>. Acesso em: 27 set. 2025.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Educação para a morte temas e reflexões**. Casa do Psicólogo, 2003.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer: O que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes**. WWF Martins Fontes, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2024.

PESSINI, Léo; BERTACHINI, Livia. **Bioética e cuidados paliativos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Palliative care**. Geneva: WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/palliative-care>. Acesso em: 25 maio 2025.

MARTINS ZONTA, Bernardo et al. TANATOLOGIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. **Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal)**, v. 15, n. 2, 2022.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média**. Tradução de Rogério Silveira Muoio. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SILVA, Marina Barbosa do Rego. **“Instruir, rememorar e emocionar”**: as representações da morte e a meditatio mortis - Península Itálica, séculos XIV a XVI. 2025. 194 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025. Disponível em: Tese_Instruir_rememorar_e_emocionar._Marina_Barbosa_do_Rego_Silva.pdf

PIRES, Kassia Amariz; COSTA, Natália de Medeiros; LIMA, Adriana Mocelim de Souza. LE GOFF, Jaques. A bolsa e a vida: a usura na Idade Média. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. **Cadernos de Clio**, Curitiba, n.4, p.387-394, 2013. Disponível em: brunoborel,+40448-150311-1-CE (1).pdf

MARTINS, Carlos Daniel de Souza; GARCIA, Talita Cristina. **O abandono do homem espiritual: a fragmentação humana a partir da antropologia filosófica de Henrique Cláudio de Lima Vaz**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) – Centro Universitário Salesiano (UNISALES), 2020. Disponível em: UNISALES_TCC-FILOSOFIA-2020-carlos.pdf. Acesso em: 11 abr. 2026.

MESSETTI, Paulo André Stein; DALLARI, Dalmo de Abreu. Dignidade humana à luz da Constituição, dos Direitos Humanos e da bioética. **Journal of Human Growth and Development**, v.28, n.3, p.283-289, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/152960>.

Acesso em: 11 abr. 2026.

SANTOS, Magda Guadalupe dos. Aspectos críticos e metodológicos dos estudos de Lima Vaz sobre o ethos. **VirtuaJus**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 51-64, 2º sem. 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/21369>. Acesso em: 11 abr. 2026.

SANTOS, Sávio Gonçalves dos. **A captação do próprio tempo no conceito: a bioética dialógica em Henrique Cláudio de Lima Vaz**. 2019. Tese (Doutorado em Bioética) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: 2019_SavioGoncalvesdosSantos.pdf. Acesso em: 11 abr. 2026.